



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 413/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00308 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Segurança Pública - SSP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de acesso aos dados dos registros de ocorrências relacionados a CRIMES DE TRÂNSITO. Em todo o Estado de São Paulo. Dos últimos 5 anos (incluindo 2022). Incluir também a opção do mês do registro da ocorrência. Em planilha no formato EXCEL. Demanda adequadamente atendida. Provimento negado.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 413/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Segurança Pública - SSP, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão explicou que devido ao tamanho do arquivo, a base de dados solicitada teria que ser gravada em mídia e informou onde os dados estavam disponíveis para reprodução. Em recurso, o cidadão solicitou informações complementares e a Pasta disponibilizou o link para acesso à base de dados pelo One Drive. Insatisfeito, o cidadão apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que o órgão atendeu adequadamente a demanda, de acordo com o art. 11 da Lei federal nº 12.527, 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), enviando as informações no formato que dispunha.
4. No que diz respeito ao pedido de organização dos dados, cumpre esclarecer que o artigo 13, III, do Decreto 7.724, estabelece que não serão atendidos pedidos de acesso a informação que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados.
5. Considerando que o ente atendeu adequadamente ao pedido de informações, **conheço do recurso e, no mérito, nego provimento**, de acordo com disposto no artigo 11, § 1º, II e § 6 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação - LAI) c/c com o artigo 13, III, do Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

São Paulo, 22 de dezembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202206057A